

5.1.2. Controladoria-Geral da União

A Controladoria-Geral da União (CGU) tem sob sua responsabilidade no Plano Plurianual o Programa de Governo Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção, o qual está inserido na Função de Governo 04 – Administração e classificado no “tipo” Serviços ao estado – Apoio às Políticas. Seu objetivo é desenvolver as atividades do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, em cumprimento ao disposto nos

artigos 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, assim como prevenir a corrupção, combater a impunidade e ampliar a transparéncia da gestão pública, além de aprimorar e fortalecer as atividades de investigação, apuração e repressão das irregularidades no Poder Executivo Federal. Para melhor evidenciar a execução orçamentária no âmbito da função Administração sob a responsabilidade da CGU, os valores empenhados nos últimos cinco anos encontram-se demonstrados por subfunção:

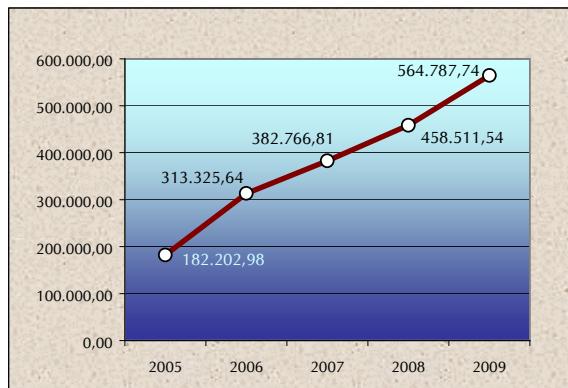
VALORES EMPENHADOS POR SUBFUNÇÃO (EM R\$)

SUBFUNÇÃO	VALORES EMPENHADOS LÍQUIDOS*				
	2005	2006	2007	2008	2009
122 - Administração Geral	171.025.076,99	297.086.625,74	359.429.911,26	431.303.962,61	534.814.614,00
124 - Controle Interno	6.484.977,21	4.911.843,22	12.805.304,92	18.214.375,11	12.734.435,32
125 - Normatização e Fiscalização		4.006.606,01	2.629.422,63		
126 - Tecnologia Da Informação					7.223.540,59
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		17.775,88	288.725,76	321.839,07	112.212,28
128 - Formação De Recursos Humanos	545.747,17	791.159,93	486.335,19	788.271,81	993.595,40
131 - Comunicação Social		40.292,35	14.116,00	254.422,34	316.657,55
212 - Cooperação Internacional			28.101,00	57.597,02	
301 - Atenção Básica	1.679.744,77	1.487.425,73	1.677.856,10	2.238.242,18	3.337.469,08
306 - Alimentação e Nutrição	1.691.657,42	4.012.747,18	4.413.154,95	4.390.020,29	4.783.340,02
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	513.384,71	553.336,76	583.634,41	568.441,86	108.050,22
365 - Educação Infantil	262.392,58	417.827,14	410.249,71	374.371,40	363.823,44
TOTAL	182.202.980,85	313.325.639,94	382.766.811,93	458.511.543,69	564.787.737,90

Fonte: Siafi Gerencial – Base 04.01.2010

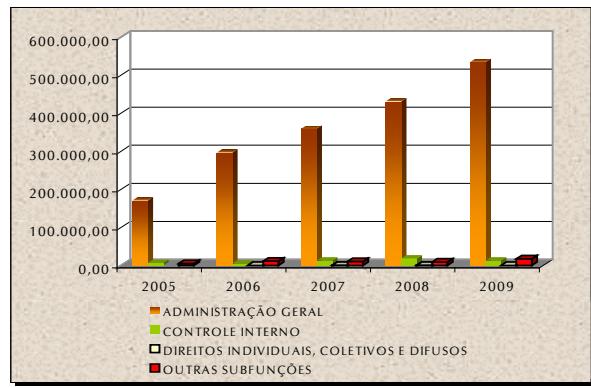
*Valores Empenhados + Reforço-Anulação

Evolução dos Valores Totais Empenhados nos Últimos Cinco Anos (Valores em R\$ mil)



Fonte: Siafi Gerencial – Base 04.01.2010

Evolução dos Valores Empenhados das Principais Subfunções da Função Administração (Valores em R\$ mil)



Fonte: Siafi Gerencial – Base 04.01.2010

Observa-se a evolução dos valores empenhados, entre 2005 e 2009, com uma variação positiva em torno de 210%.

O crescente desempenho da subfunção - Administração Geral é reflexo do fortalecimento institucional da CGU, por meio do ingresso de novos servidores; apoio para construção, reforma e readaptação das instalações físicas na Sede e Regionais; incremento na gestão de recursos logísticos e de informática; e aparelhamento das atividades-fim.

Ressalta-se que 78% dos valores empenhados a conta dessa subfunção são relativos a despesas com pessoal, no montante de R\$ 416.111.213,06. Com relação aos valores aplicados na subfunção - Controle Interno, também se verifica um efeito positivo no montante empenhado, resultado da progressiva capacidade operacional da CGU para realização das suas atividades precípuas.

As variações ocorridas entre as subfunções, apresentadas no quadro anterior, decorreram, principalmente, de reorganizações e contingenciamentos orçamentários acontecidos no período.

No que tange aos resultados alcançados por subfunções, destacam-se aquelas que se classificam como finalísticas: Controle Interno e Direitos Individuais, Coletivos e Difusos.

Controle Interno

As ações implementadas por meio da subfunção Controle Interno agregaram, ao longo dos anos, diversas frentes de atuação, buscando contribuir para o alcance de uma boa governança pública, promover a ética e a transparência, bem como reduzir vulnerabilidades e riscos de ocorrência da corrupção.

Nesse sentido, as ações de controle interno privilegiam a linha de orientação aos gestores públicos na execução de suas ações de modo a desenvolver capacidades e instrumentos para subsidiar o processo decisório e prevenir a ocorrência de eventuais desvios, bem como de propor, quando necessário, medidas corretivas, tendo em vista o interesse público.

De igual modo, buscam dar transparência à gestão pública do Governo Federal, incentivando a participação da sociedade no acompanhamento da gestão e procuram, quando necessário, aplicar punição a ações desviantes, por exemplo, ao garantir a responsabilização dos agentes públicos federais ímparobos.

Com relação às ações relacionadas à Prevenção e Combate à Corrupção e Informações Estratégicas, a CGU atua coordenando as ações de prevenção da corrupção no âmbito do Poder Executivo Federal, assim como as ações de produção de informações estratégicas desenvolvidas nessa pasta.

Nesse contexto, entre as atividades desenvolvidas pela CGU em 2009, destaca-se: (i) ações de fomento ao

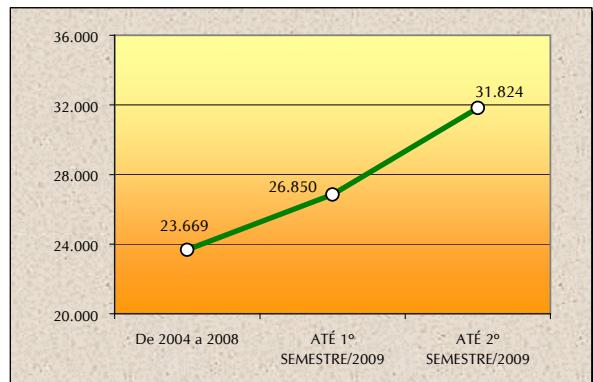
controle social e à cidadania; (ii) promoção da transparência pública; (iii) fortalecimento da gestão pública; (iv) acompanhamento de acordos e convenções internacionais contra a corrupção; (v) aperfeiçoamento do marco legal; (vi) parceria com o setor privado; e (vii) produção de informações estratégicas para combate à corrupção.

No contexto da implementação de ações de fomento ao controle social e à cidadania, o Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, de 2004 a 2009, beneficiou 1.353 municípios brasileiros com a capacitação de mais de 30 mil cidadãos. Só em 2009, foram mais de 7 mil pessoas capacitadas e 342 municípios contemplados.

As edições locais dos Concursos Culturais, no âmbito desse programa, envolveram 41.887 estudantes e 1.326 professores em 37 municípios de 22 Unidades da Federação, com uma média de 1.900 alunos mobilizados por Regional.

Outra linha de atuação diz respeito ao 3º Concurso de Desenho e Redação da CGU, realizado em 2009, o qual mobilizou mais de 145.000 alunos e quase 6.000 professores em mais de 1.300 escolas de ensino fundamental e médio em 26 Unidades da Federação.

QUANTIDADE DE CIDADÃOS CAPACITADOS NO PROGRAMA OLHO VIVO NO DINHEIRO PÚBLICO



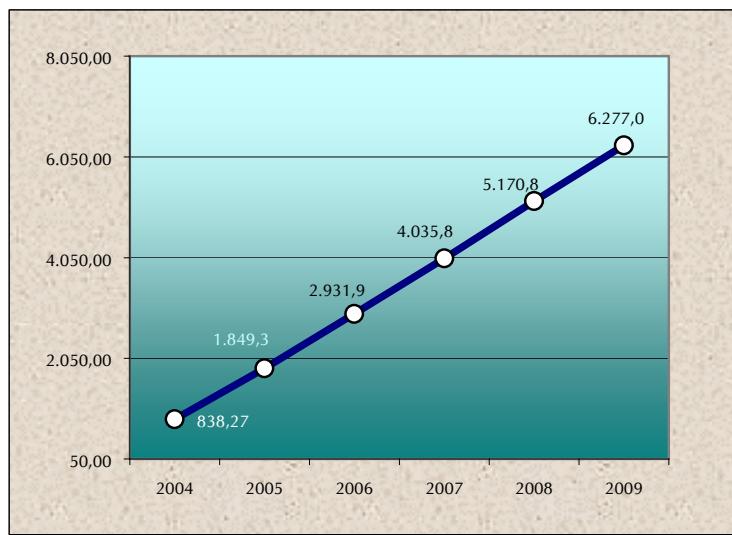
Fonte: Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

Um dos principais instrumentos de promoção do acesso à informação e à transparência pública é o Portal da Transparência, que em 2009 chegou a 1,7 milhão de visitas.

O Portal permite que todos os cidadãos consultem dados referentes à execução financeira do Governo Federal. A publicidade desses dados possibilita que a sociedade controle a ação dos governantes e fiscalize a aplicação do dinheiro público.

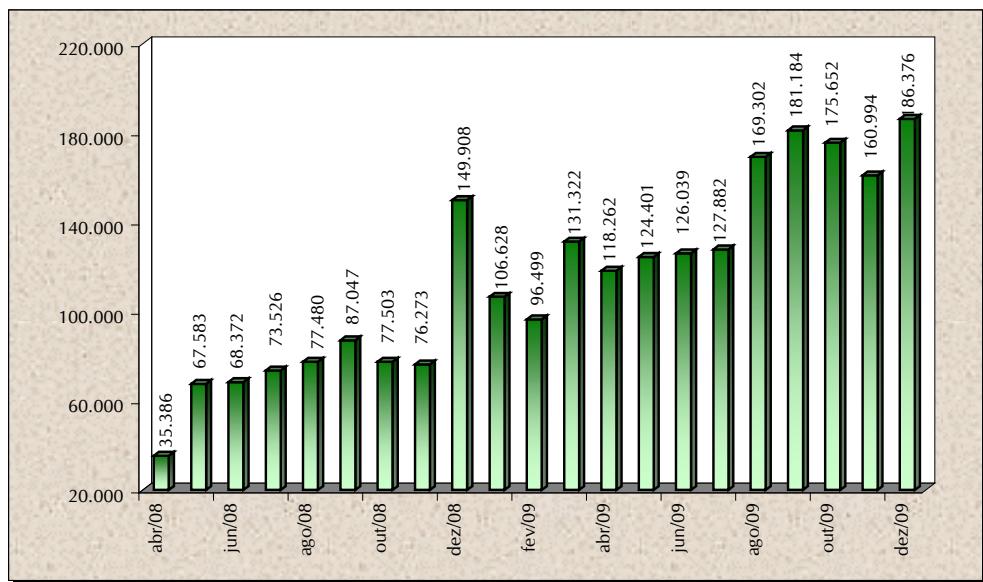
Atualmente, o Portal da Transparência informa sobre a utilização de mais de R\$ 6,2 trilhões em recursos públicos, referentes a 5.626 ações governamentais, consequência de 536 programas oficiais.

**EVOLUÇÃO DO MONTANTE DE RECURSOS DA EXECUÇÃO FINANCEIRA
DO GOVERNO FEDERAL REGISTRADOS NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
(VALORES EM R\$ 1.000.000.000,00)**



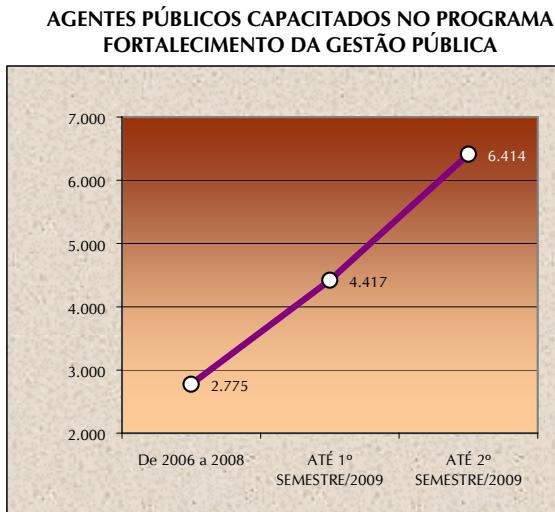
Fonte: Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA / QUANTIDADE DE VISITAS



Fonte: Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

No âmbito do Programa de Fortalecimento da Gestão Pública, em 2009 foram desenvolvidas 40 ações de capacitação por intermédio dos sorteios públicos, contemplando 342 municípios e 3.711 agentes públicos. Por essa ação, 576 municípios já foram atendidos, com capacitações realizadas com mais de 6 mil servidores públicos, conforme gráfico a seguir:



Fonte: Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

As articulações com organismos internacionais também foram prioridade. A CGU acompanha a implementação, no Brasil, das medidas previstas em três tratados internacionais ratificados na área de prevenção e combate à corrupção: Convenção da ONU, Convenção da OEA e Convenção da OCDE.

Tem-se assumido papel pró-ativo na cooperação para troca e disseminação de conhecimento relacionado às temáticas de combate à corrupção e fortalecimento da gestão pública junto aos países de língua portuguesa e da América Latina.

Em 2009, o Brasil assumiu a presidência do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção da OEA (MESICIC), acompanhando o cumprimento dos compromissos nela assumidos pelos Estados partes.

Também em 2009 foi lançado, em parceria com Grupo de Trabalho do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra Corrupção, do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, o manual "A Responsabilidade Social das Empresas no Combate à Corrupção", que apresenta um guia para orientar empresas a construir um ambiente íntegro e de combate à corrupção.

Desde seu lançamento, em junho de 2009, foram distribuídas mais de 11.000 cópias da publicação a empresas e demais entidades empresariais. Adicionalmente, com esse mesmo Instituto, foi assinada uma Carta-Acordo com o objetivo de promover práticas e referências de integridade e combate à corrupção junto ao setor privado brasileiro.

A CGU também realiza, em parceria com Instituições de Ensino Superior, a ação Promoção de Debates Acadêmicos, cujo objetivo é despertar e fortalecer o interesse por essa temática no ambiente universitário, estimular o desenvolvimento de estudos e pesquisas, bem como conscientizar alunos e professores sobre o seu papel como cidadãos e acadêmicos no controle da corrupção.

Em 2009, 30 instituições de Ensino Superior foram envolvidas na implementação da ação e aproximadamente 4.200 alunos universitários participaram das atividades.

Ainda com relação às ações de prevenção da corrupção desenvolvidas em 2009, a CGU, paralelamente às ações de educação presencial desenvolvidas, instituiu a Escola Virtual da CGU como um instrumento de promoção da cidadania, integridade pública e prevenção da corrupção por meio de mecanismos e técnicas de Educação à Distância (EaD).

A escola concentra-se em duas grandes áreas temáticas: Educação para a cidadania e Fortalecimento da gestão pública. Só em 2009, 3.480 pessoas participaram dos cursos da Escola Virtual da CGU; e todas as ações de EaD já conduzidas pelo órgão, desde novembro de 2007, totalizam mais de 11.000 participantes.

Com a finalidade de ampliar a produção de informações estratégicas para o combate à corrupção, a CGU criou, em dezembro de 2008, o Observatório da Despesa Pública (ODP), unidade voltada à aplicação de metodologia científica, apoiada em tecnologia da informação de ponta, para a produção de informações que visam a subsidiar e a acelerar a tomada de decisões estratégicas, por meio do monitoramento dos gastos públicos.

As análises conduzidas no ODP são direcionadas à identificação de situações que possam constituir irregularidades, a fim de evitá-las antes que ocorram. Entre os trabalhos desenvolvidos, destacam-se as análises de:

- (i) gastos realizados por meio de Suprimento de Fundos, para identificação de situações atípicas no uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal;
- (ii) base de dados do Comprasnet, para verificação de tipologias de fraudes e produção de estatísticas e relatórios gerenciais sobre as compras efetuadas pelo Governo Federal;
- (iii) contratos de terceirizações do Governo Federal; e
- (iv) beneficiários do Programa Bolsa Família.

O ODP recebeu, em 2009, o Prêmio Conip de Excelência em Inovação na Gestão Pública, na categoria de Melhor Projeto de Informática Pública, considerado o principal prêmio da informática pública no país. O ODP recebeu ainda o Prêmio TI & Governo 2009.

Paralelamente ao processamento de informações conduzido pelo ODP, foram produzidas, em 2009, informações estratégicas referentes à análise patrimonial de mais de 1.300 pessoas físicas e jurídicas, com vistas à subsidiar a realização de investigações preliminares e processos administrativos disciplinares conduzidos pela CGU.

Segundo dados da Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas, houve um aumento no volume de informações estratégicas analisadas, entre o primeiro semestre de 2009 (210 informações) e o segundo semestre

de 2009 (634 informações), referentes a análises patrimoniais e investigações preliminares.

Em se tratando das ações relacionadas ao combate à impunidade mediante ação correcional, com vistas à responsabilização administrativa de agentes públicos, em 2009, a CGU buscou intensificar as suas ações por meio da adoção das seguintes políticas:

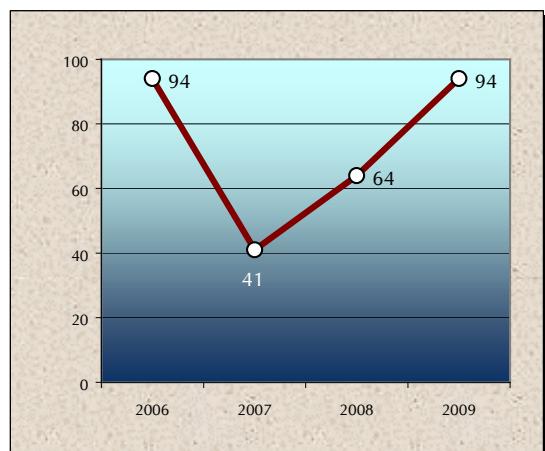
- (i) aumento da capacidade de promoção direta de ações disciplinares que visem à apuração e responsabilização de autoridades e servidores por irregularidades de maior gravidade, complexidade e de repercussão alcançada no meio social;
- (ii) melhoria do acompanhamento das ações disciplinares das unidades correacionais dos diversos órgãos e entidades da administração pública federal;
- (iii) fortalecimento do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SisCOR) por meio do ampliação da capacitação de servidores para composição de comissões disciplinares, da realização de eventos e fóruns de discussão sobre a função disciplinar da Administração e da melhoria dos instrumentos de gestão das informações disciplinares;
- (iv) modernização do conjunto normativo disciplinar; e
- (v) ampliação do campo de atuação da CRG.

Em 2009, foram instaurados diretamente pela CGU 116 procedimentos disciplinares, entre processos administrativos disciplinares *stricto sensu* (60), sindicâncias punitivas (10), sindicâncias patrimoniais (22), sindicâncias investigativas (12) e procedimentos disciplinares celetistas (12), além da condução de 1.471 investigações preliminares cujo objetivo é o levantamento da pertinência de denúncias e representações.

A melhoria do acompanhamento das ações disciplinares possibilitou o acompanhamento e a verificação da regularidade de 1.243 procedimentos disciplinares conduzidos por órgãos e entidade do Poder Executivo Federal, a recomendação de instauração de 320 processos disciplinares e a inspeção *in loco* de 46 unidades componentes do SisCOR.

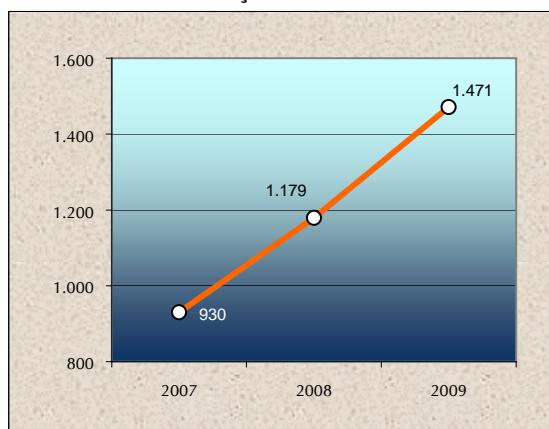
A seguir encontra-se a série histórica referente à promoção de ações disciplinares pela CGU.

PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES INSTAURADOS (EXCETO SINDICÂNCIAS PATRIMONIAIS)



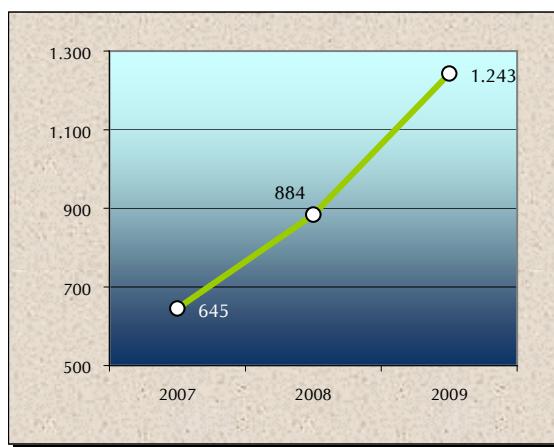
Fonte: Corregedoria-Geral da União

INVESTIGAÇÕES PRELIMINARES



Fonte: Corregedoria-Geral da União

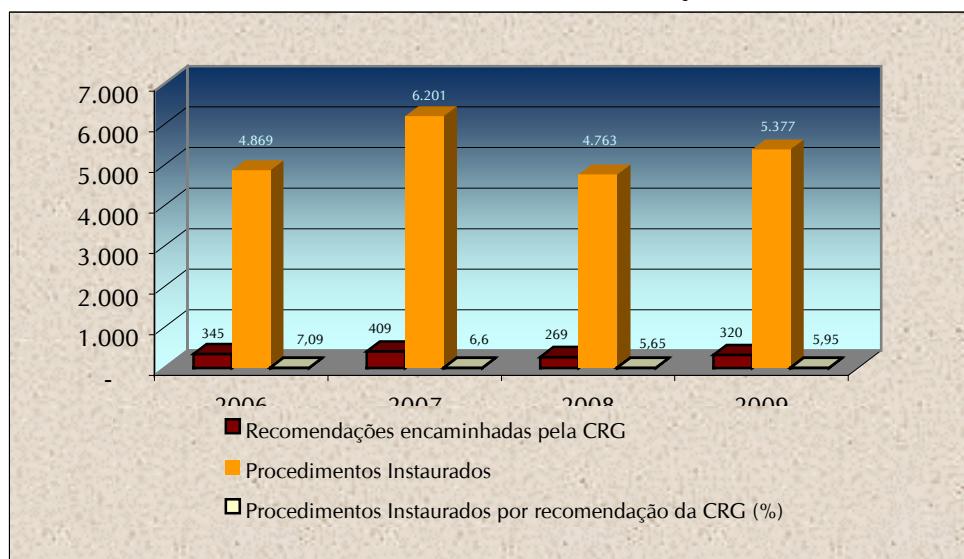
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES RELEVANTES ACOMPANHADOS



Fonte: Corregedoria-Geral da União

De 2006 a 2009, o acompanhamento de ações disciplinares, recomendações e inspeções pela CGU apresentaram os seguintes números:

PROCEDIMENTOS INSTAURADOS POR RECOMENDAÇÃO DA CGU



Fonte: Corregedoria-Geral da União

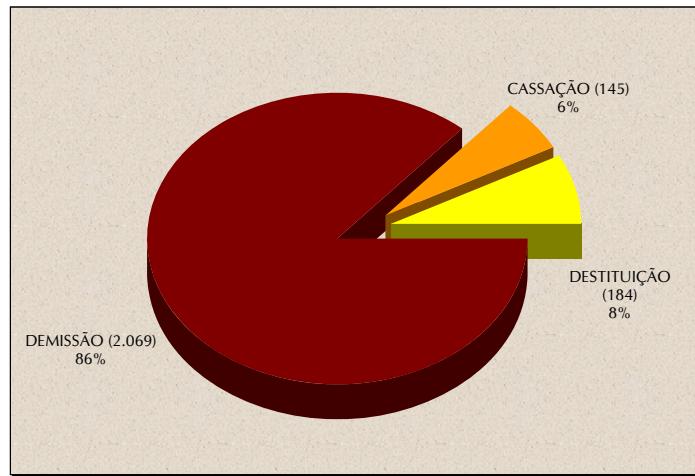
INSPEÇÕES CORRECIONAIS REALIZADAS

2006	2007	2008	2009
41	39	50	46

Fonte: Corregedoria-Geral da União

Como resultado efetivo do aumento da capacidade de promoção direta de ações disciplinares e da melhoria do acompanhamento das ações disciplinares, tem-se os dados a seguir, os quais evidenciam o crescente número de punições como resultado da atuação da CGU, as quais totalizam 2.398, de 2003 a 2009.

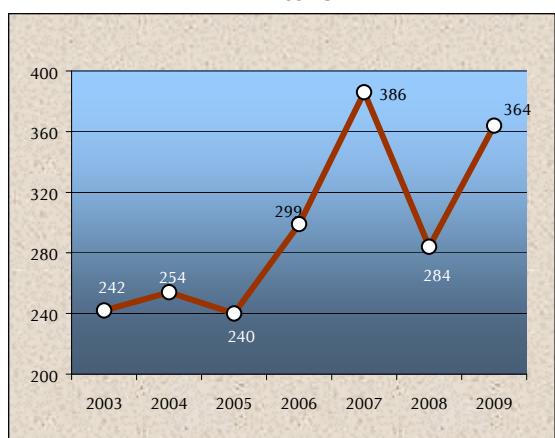
TOTAL DE PUNIÇÕES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL PERÍODO 2003-2009



Fonte: Corregedoria-Geral da União

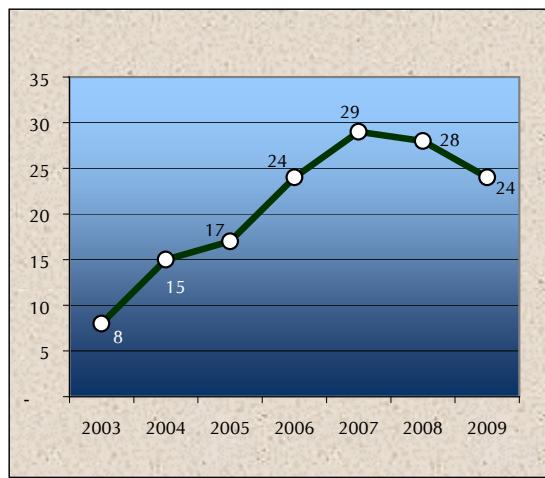
PUNIÇÕES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

DEMISSÃO



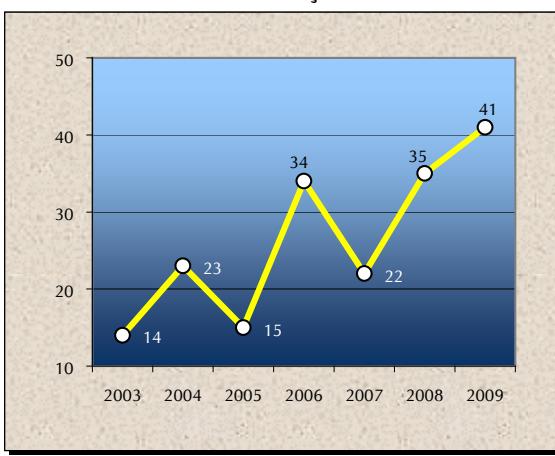
Fonte: Corregedoria-Geral da União

CASSAÇÃO



Fonte: Corregedoria-Geral da União

DESTITUIÇÃO



Fonte: Corregedoria-Geral da União

A ampliação do campo de atuação na área de Correição se verifica pela criação da "Comissão de Processo Administrativo de Fornecedores" (CPAF) e do gerenciamento do "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas" (CEIS).

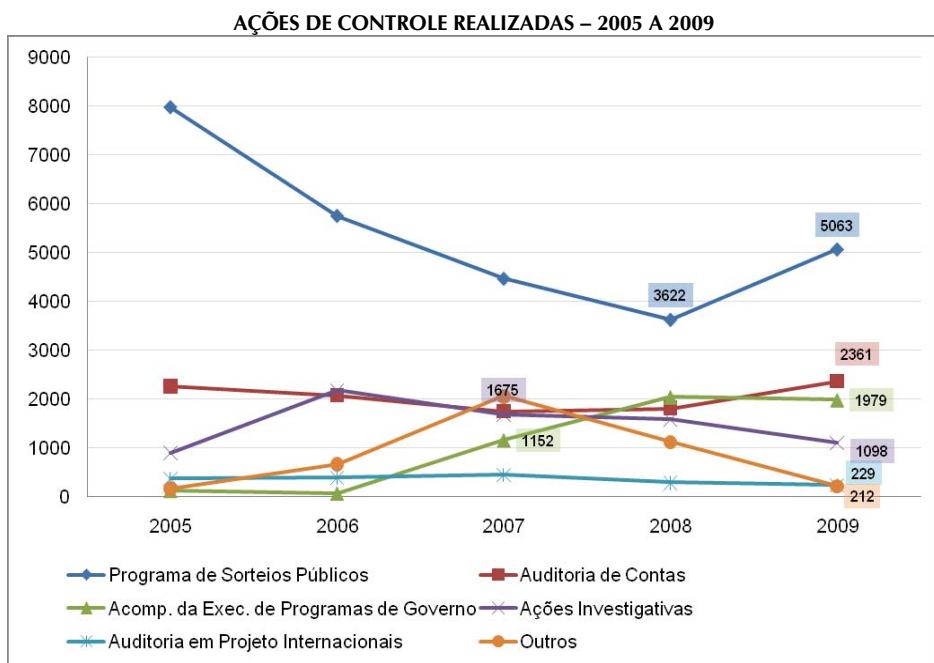
A CPAF já propôs a declaração de inidoneidade de 14 pessoas jurídicas, sendo que até 2009 todas as punições aplicadas pela CGU que foram submetidas à apreciação do Poder Judiciário foram confirmadas.

Em 2009, seis empresas foram sancionadas, entre as quais quatro do ramo da construção civil (Construtora GAUTAMA Ltda.; VERTICE Engenharia Ltda.; HABRA Engenharia LTDA.; e Construtora ATLANTA Ltda.), flagradas em fraude à competitividade de licitação destinada a construção de prédio público em Brasília.

Quanto ao CEIS, o cadastro já conta com dados de empresas apenadas pelos estados do Acre, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe, São Paulo e Tocantins, tendo Ceará e Alagoas já encaminhado seus dados. Outros sete estados já manifestaram interesse em participar.

A CGU exerce, ainda, a função de órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e, para atingir seus objetivos, atua em pelo menos cinco frentes de trabalho distintas: no acompanhamento da execução dos programas de governo, na realização das auditorias anuais de contas, no Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos, na auditoria de contratos de recursos externos e na atuação investigativa, mediante articulação com outros órgãos de defesa do Estado.

Em 2009, foram realizadas 10.942 ações de controle para subsidiar a avaliação dos principais Programas de Governo. A figura a seguir apresenta a distribuição das ações de controle concluídas ao longo dos últimos 5 anos e distribuídas nas principais linhas de atuação da CGU.



Fonte: Sistema Ativa, em 27.01.2010

Em 2009 foram concluídas 1.983 ações de controle para o acompanhamento da execução dos programas de governo, abrangendo 96 programas. A figura a seguir apresenta a evolução do número de ações acompanhadas nessa linha de atuação ao longo dos últimos exercícios. Os principais resultados alcançados nessas ações estão demonstrados a seguir, neste relatório.



Fonte: Sistema Ativa em 28.01.2010

No desempenho de suas competências constitucionais, relativas ao controle interno dos órgãos do Poder Executivo Federal, no que se refere à auditoria anual de contas, a CGU realizou nos últimos cinco anos 5.764 auditorias ordinárias sobre tomadas e prestações de contas anuais, sendo 516 em 2009.

A partir do exercício de 2007, a CGU vem adotando medidas para melhoria do processo de trabalho relacionado às Auditorias Anuais de Contas, buscando

notadamente uma maior interação com o gestor federal com vistas a aprimorar o processo de prestação de contas, orientando para as informações e abordagens mais relevantes a serem evidenciadas nesse processo.

A mudança de atitude do controle tem se refletido em alertas aos gestores sobre eventuais problemas que precisam ser resolvidos ao longo do exercício, sugestões de melhoria durante a elaboração do relatório de gestão ou ainda mediante os procedimentos adotados no decorrer da auditoria.



Fonte: Sistema Ativa, em 27.01.2010

No exercício de 2009 foram implementadas ações no tocante à redefinição das unidades que receberam auditorias nos processos de contas.

Tal medida teve início ainda em 2008, quando a CGU apresentou ao Tribunal de Contas da União sugestões para

a redução da quantidade de unidades a serem auditadas, propiciando o aprofundamento dos trabalhos realizados.

Cabe ressaltar que todos os gestores prestaram contas, os respectivos relatórios estão publicados na internet e o monitoramento conduzido pelo Controle Interno, ao longo de todo o exercício, permanece sendo realizado em todas as unidades.

Destaca-se, também, a realização de mudanças no parecer de auditoria, com o objetivo de sintetizar, de forma qualitativa, uma opinião sobre a gestão com foco em seu aprimoramento.

Em 2009, a CGU deu continuidade ao Programa de Fiscalização em Pequenos e Médios Municípios a partir de Sorteios Públicos, que se encontra na 30ª edição, com 1.751 municípios fiscalizados, correspondendo a 31,47% do total de municípios brasileiros, e englobando recursos públicos federais da ordem de aproximadamente R\$ 13 bilhões.

No exercício de 2009, foi realizado o 2º Sorteio Especial, a partir do qual foram fiscalizados 60 municípios beneficiados com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), envolvendo recursos no montante de R\$ 306 milhões.

Os relatórios contendo os resultados dos sorteios são encaminhados aos ministérios gestores das políticas públicas, possibilitando a adoção de providências para a correção de desvios verificados e a implementação de melhorias eventualmente identificadas como necessárias, além de subsidiar a avaliação dos programas de governo.

O Programa do Sorteio, instituído em 2003, deu origem a diversas frentes de trabalho no âmbito da CGU. Mediante maior divulgação dos trabalhos, foi possível estimular o controle social sobre os recursos públicos.

Foi também a partir das fiscalizações que a Controladoria desenvolveu ações de capacitação, tanto dos organismos de controle social quanto dos próprios gestores municipais envolvidos com a gestão de recursos públicos transferidos pelo Governo Federal.

Cabe ainda anotar que, em decorrência da maior visibilidade da atuação da CGU, outros órgãos de defesa do Estado perceberam a necessidade de ações integradas visando à prevenção e o combate à corrupção.

As atividades da CGU, no campo das ações investigativas, situam-se dentro de um objetivo amplo de prevenção e enfrentamento sistemático da corrupção e constituem trabalhos especiais, que buscam levantar evidências quanto aos fatos, identificar responsáveis e obter material de prova adequado aos desdobramentos policiais e judiciais das investigações.

No desenvolvimento dessas ações, foram aplicados procedimentos especiais e instrumentais próprios voltados à busca e troca de informações com outros órgãos, criando condições para o desenvolvimento de trabalhos com

enfoque ainda mais intenso no efetivo combate à corrupção. Atualmente, para se atingir esse objetivo, busca-se a detecção antecipada de potenciais problemas para a advertência, de caráter preventivo, dos gestores.

Desse modo, a CGU, em todas as suas atividades, ao identificar eventuais irregularidades e práticas ilícitas, conforme sua natureza e gravidade, adota as providências de sua competência e as encaminha para providências no âmbito dos órgãos federais responsáveis pela gestão dos recursos e de outros órgãos de defesa do Estado, como o Departamento de Polícia Federal, vinculado ao Ministério da Justiça, e o Ministério Público Federal.

Durante o exercício de 2009, foi objeto de análise na CGU um total de 3.679 denúncias e representações. Desse número, 2.633 demandaram ação de controle específica, objetivando identificar e apurar a procedência dos fatos apontados como irregulares na aplicação dos recursos públicos federais. Também nesse ano, foram concluídas 826 fiscalizações realizadas em 269 municípios.

Os resultados, sempre que pertinente, são incorporados aos Relatórios Anuais de Auditoria sobre a Prestação de Contas dos responsáveis pelas respectivas unidades/entidades. Do mesmo modo, são encaminhados também à Polícia Federal e ao Ministério Público os casos mais graves para a adoção de providências sob responsabilidade desses órgãos.

Em 2009, importantes trabalhos decorrentes da articulação com outros órgãos de defesa do Estado, especialmente o Departamento de Polícia Federal, foram desenvolvidos, dos quais podem ser realçados:

Operação Fumaça – Teve início a partir de solicitação do Ministério Público Federal para fiscalização de obras de saneamento com recursos oriundos do Ministério da Saúde. A partir das verificações *in loco*, a CGU constatou, entre outras falhas: fraudes em licitações, superfaturamento em obras, pagamentos por serviços não executados e conluio entre empresas participantes de licitações. As investigações envolvendo os municípios de Caucaia, Iguatu, Brejo Santo, Nova Russas, Reriutaba e Morrinhos indicam que o prejuízo potencial aos cofres públicos pode chegar a R\$ 25,9 milhões, de um total de recursos de R\$ 86,6 milhões.

Operação Orthoptera – Teve início a partir do monitoramento de movimentações financeiras da conta do FEB/FUNDEB no município de Alcântara. A fraude consistia na omissão ou alteração de valores sacados da conta do fundo.

Operação Transparéncia – Realizada para desarticular uma organização criminosa especializada em burlar a competitividade das licitações no ramo da construção civil, que tinha como foco obter recursos provenientes de convênios federais firmados com o Ministério da Saúde, por intermédio da Fundação Nacional de Saúde-FUNASA/PB. A investigação envolveu os municípios de Caaporã, São Miguel de Taipu, Juripiranga, Diamante e Casserengue.

Operação Gárgula – Trabalhos desenvolvidos pela CGU em conjunto com a Polícia Federal permitiram identificar desvio de recursos públicos federais no município de Eusébio/CE oriundos de convênios e contratos de repasse firmados com os ministérios das Cidades, Saúde e Educação.

O trabalho de investigação detectou fraudes em licitações, obras inacabadas, serviços pagos e não executados, sobrepreço e superfaturamento, envolvendo um prejuízo estimado de R\$ 6 milhões, de um total fiscalizado de R\$ 15 milhões.

Durante 2009, no que diz respeito à Região Amazônica, os trabalhos realizados pela CGU concentraram-se nos estados do Mato Grosso e do Pará.

No Mato Grosso, a CGU mediou, com a efetiva colaboração do MPF/MT, e acompanhou o trabalho desenvolvido em conjunto pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, na busca de alternativa para regularização ambiental e fundiária de mais de 500 assentamentos, os quais se encontram em situação de irregularidade por não possuírem licença ambiental.

Esse trabalho pioneiro contou também com a participação do Ministério Público Federal e da Casa Civil. Tais medidas proporcionarão o acesso de aproximadamente 44.117 famílias aos benefícios oriundos dos programas e das ações de Reforma Agrária.

No estado do Pará, o cruzamento de dados dos sistemas corporativos do Governo Federal, realizado pelo Ibama com participação da Controladoria, sobre Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária naquele estado, e com base em avaliações da Controladoria, possibilitará o aprimoramento dos controles do Incra sobre a execução das ações voltadas a Projetos de Assentamentos na Região Amazônica, evitando-se, primordialmente, o desmatamento da floresta amazônica nos projetos de assentamento e sobreposição de assentamentos a reservas florestais.

No âmbito da Superintendência do Incra/Regional Brasília, sobre a ação governamental Assistência Técnica e Capacitação de Assentados, avaliações da CGU permitiram registrar que foi instituído Núcleo Técnico específico para a seleção e controle da execução dos instrumentos de transferência de recursos financeiros para capacitação e assistência técnica de assentados, aprimorando os controles administrativos.

Considerando a prioridade dada às Fiscalizações no Programa de Aceleração do Crescimento, foram realizadas 879 ações de controle, no exercício de 2009, relacionadas a obras do PAC, em decorrência do acompanhamento sistemático dos principais programas de governo e da apuração de denúncias e representações de outros órgãos de defesa do Estado.

No Eixo de Infraestrutura Social e Urbana, tipo de Empreendimento Recursos Hídricos, a CGU fiscalizou, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, até 2009, 35 de 95 empreendimentos caracterizados como grandes obras.

Esses 95 empreendimentos envolvem um montante aproximado de 10 bilhões previstos até o exercício de 2010. Tal acompanhamento tem propiciado ajustes tempestivos em serviços de engenharia ou aperfeiçoamento dos controles gerenciais exercidos sobre o empreendimento, antecipando soluções, o que reforça o caráter preventivo da ação, inclusive no que se refere à exigência de atuação mais efetiva das empresas contratadas para gerenciamento e supervisão das obras.

Quanto à Ação Financiamento de Embarcações para a Marinha Mercante, sob responsabilidade do Ministério dos Transportes – MT, destaca-se que, em atendimento às recomendações da CGU, o Departamento do Fundo da Marinha Mercante - DEFMM formulou proposta para sua reestruturação, submetendo às instâncias competentes do Ministério dos Transportes alternativas quanto à arrecadação do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM; elaborou o Manual de Normas e Procedimentos para Visita Técnica de Obras, o qual orientará e padronizará as futuras fiscalizações executadas pelo DEFMM, uma vez que, dos 35 empreendimentos fiscalizados, evidenciou-se fragilidade no acompanhamento por parte do DEFMM de eventos significativos da evolução do contrato, como alterações de projeto, eventuais atrasos ou modificações de estratégias da obra. Em relação à Ação Ressarcimento às Empresas Brasileiras de Navegação, o gestor aprovou a Norma Complementar nº 001/2008, que tem por objetivo disciplinar os procedimentos de controle e arrecadação do AFRMM.

Ainda em relação ao Ministério dos Transportes, como resultado das ações de controle desenvolvidas na Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias, relativas à Avaliação da Gestão e 11 fiscalizações nas obras de construção da Ferrovia Norte-Sul, empreendimento do PAC, cujos recursos previstos na LOA 2009 foram de R\$ 1,7 bilhão, nos anos de 2007, 2008 e 2009, foram constatados alguns problemas que evidenciaram a falha ou inadequação na gestão da entidade, como: precariedade da fiscalização/supervisão, falhas na execução da obra; projetos/orçamentos inadequados e subcontratações impróprias.

A partir de recomendações da CGU, a Valec tem aprimorado os seus mecanismos de controles internos administrativos, em especial, no que se refere ao modelo de acompanhamento (Gerenciamento, Supervisão e Fiscalização) das suas ações finalísticas de construção de trechos ferroviários, tendo expedido normativo para aperfeiçoar as normas de medições e pagamentos a serem observadas pelos agentes envolvidos nesse modelo.

Relativamente ao Ministério das Cidades, em decorrência das ações de controle realizadas nos programas das áreas de saneamento e habitação, que envolveram ações como

1N08 (Esgotamento Sanitário), 10SC (Abastecimento de Água), 10S5 (Saneamento Integrado em Assentamento Precários) e 10S6 (Urbanização de Assentamentos Precários), a CGU exerceu importante papel na padronização de entendimentos firmada pela AGU quanto à responsabilidade do gestor federal na transferência de recursos por meio de contratos de repasse, bem como sobre a necessidade de detalhamento do BDI e análises de custos de obras.

Nessa linha, a CGU tem buscado continuamente orientar gestores, de modo que, ao detectar problemas de sobrepreço ou superfaturamento na execução das obras, buscar solucioná-los de forma imediata, demandando a necessária repactuação e, quando for o caso, a retenção ou normalização dos saldos e eventual compensação de

pagamentos já efetuados, evitando desvio de recursos e possível paralisação de obras.

O envolvimento do Agente Operador, quer seja por meio de sua equipe técnica, quer por meio da unidade de Auditoria Interna, tem sido objeto, também, de verificação, monitoramento e recomendações por parte da Controladoria, uma vez que o aprimoramento do desempenho de suas funções reflete de forma direta no alcance dos objetivos dos Programas Governamentais.

O Quadro a seguir destaca alguns dos principais resultados alcançados por recomendações advindas das ações de controle da CGU, executadas nos diversos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, ou provenientes de trabalhos conjuntos com os gestores:

RESULTADOS DAS AÇÕES DE CONTROLE / MINISTÉRIO	
Ministério da Previdência Social	<ul style="list-style-type: none">• recuperação de valores por pagamentos indevidos de benefícios no importe de R\$ 286 milhões, entre parcelamentos, consignações em folha e recolhimentos por GPS;• criação de uma unidade de controle interno administrativo/operacional, voltada para o monitoramento (por estratégias de acompanhamento e supervisão) das situações apontadas pela Auditoria Interna, pela CGU e pelo TCU;• melhoria dos sistemas relacionados ao processo de gestão da informação previdenciária; e• edição de normativos internos para otimização da atividade de perícia médica, com adequação da sua estrutura organizacional e implantação de controles administrativos de assiduidade e produtividade.
Ministério do Trabalho e Emprego	<ul style="list-style-type: none">• auxílio ao gestor no aprimoramento da sistemática de cruzamento dos dados do Seguro-Desemprego ao Pescador Artesanal com os dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, visando a coibir o pagamento desse benefício a pessoas com vínculos empregatícios;• adoção pelo gestor de providências para regularizar despesas indevidas, por meio de medidas administrativas e instauração de quatro tomadas de contas especial, com potencial retorno de cerca de R\$ 21 milhões;• modernização do sistema SIGAE via WEB, responsável pelo acompanhamento das ações de qualificação social, intermediação de mão-de-obra e habilitação do seguro-desemprego, o que permitirá o acesso ao sistema pela internet; e• atuação junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT para corrigir a remuneração dos recursos repassados ao BNDES para aplicação junto a instituições financeiras, que possibilitará correção de procedimentos e resarcimento potencial de mais de R\$ 10 milhões ao fundo. Por meio do Acórdão n.º 3.054/2009 – Plenário, o TCU ratificou o posicionamento da CGU quanto às diferenças pagas pelo BNDES aos recursos repassados aos bancos privados.
Ministério de Minas e Energia	<ul style="list-style-type: none">• celebração de convênio pela ANP com a Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, com a finalidade de obter informações mais precisas sobre operações de venda de óleo e gás;• aperfeiçoamento dos procedimentos internos de verificação de Notas Fiscais;• revisão dos procedimentos computacionais para verificação dos preços de referência de óleo e gás;• criação procedimentos para fiscalização de instalações de embarque e desembarque; e• promoção de levantamento das concessionárias com concessões localizadas na plataforma continental com vistas a incluir ou excluir municípios beneficiários de royalties.

RESULTADOS DAS AÇÕES DE CONTROLE / MINISTÉRIO

Ministério da Ciência e Tecnologia

- aperfeiçoamento no modo de seleção pelo gestor das empresas de grande, médio e pequeno porte; aperfeiçoamento de procedimentos e metodologias no acompanhamento e verificação da execução dos recursos transferidos, em especial em Termos de Contratos e modelos de documentos de prestações de contas; e elaboração dos normativos internos e manuais, em busca de transparência na forma da execução dos recursos;
- identificação de pontos para aperfeiçoamento, relativos a indicadores ou implementação de parâmetros para orientação e avaliação da execução das ações, o que contribui para medidas adotadas pela SECIS visando a fortalecer sua capacidade técnica e institucional, assim como a correção de falhas dos controles internos administrativos e aprimoramento nas atividades de acompanhamento da execução dos contratos de repasse e controle dos prazos para emissão de parecer técnico das prestações de contas;
- aprimoramento referente à supervisão ministerial nos Contratos de Gestão firmados com entidades qualificadas como Organizações Sociais nos termos da Lei nº 9.637/98, envolvendo recursos no montante de R\$ 150 milhões; e
- implementação do plano de fiscalização para acompanhamento e validação das informações apresentadas pelas empresas beneficiárias de incentivos fiscais e instituições de ensino e pesquisa em seus nos Relatórios Demonstrativos – RD anuais, buscando dar transparência ao processo.

Ministério do Desenvolvimento Agrário

- instituição e alteração de rotinas e fluxos operacionais e realização de verificações em assentamentos, objetivando a validação de dados cadastrais e a identificação das causas que ensejaram inconsistências sobre a seleção e a homologação dos beneficiários da Reforma Agrária; e
- reformulação das rotinas e procedimentos para a seleção, cadastramento e homologação de novos beneficiários do Programa de Assentamentos para Trabalhadores Rurais.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

- adoção de medidas corretivas para os problemas identificados no processo de planejamento, contratação e execução de obras de recuperação de estradas vicinais para aprimoramentos dos processos administrativos de gestão, os quais compreenderam, em síntese, orientações aos convenientes para rever planos de trabalho, com vistas a evitar fragilidades na execução e fiscalização dos ajustes.

Ministério das Comunicações

- instituição de mecanismos de gerenciamento remoto do acesso à internet e incremento dos esforços nas ações de fiscalização in loco como medidas saneadoras para os problemas identificados, como ausência de indicadores ou parâmetros para a suficiente orientação e avaliação da execução da ação, assim como a não implementação dos instrumentos de controle previstos para sua gestão;
- orientação à ANATEL para formalizar processos metodológicos de parametrização dos valores de penalidades, com vistas a propiciar transparência e isonomia aos processos de sanção;
- revisão dos atos normativos e fluxos operacionais de contratação de serviços de terceiros na ANATEL.

Ministério do Turismo

- revisão e edição, pelo gestor, de nova regulamentação para transferências de recursos para a realização de eventos turísticos no país, oportunidade em que foram incorporadas regras e critérios objetivos e restritivos para a formalização dos ajustes, de transparência e controle da execução e prestação de contas dos recursos recebidos pelos convenientes.

RESULTADOS DAS AÇÕES DE CONTROLE / MINISTÉRIO

Ministério do Esporte

- reformulação, pelo gestor, da regulamentação que orienta a seleção dos parceiros, o acompanhamento da execução dos instrumentos contratuais e a análise dos pleitos apresentados, visando à comprovação da capacidade técnica, financeira e operacional das entidades proponentes.

Ministério da Educação

- encaminhamento de propostas de normativos com vistas à reconfiguração do relacionamento das Instituições Federais de Ensino Superior e as fundações de apoio além de outras medidas para cumprimento de acórdão do TCU.

Ministério da Saúde

- instituição do Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da Família – ESF; e
- suspensão de transferências fundo a fundo referentes a Equipes do Programa Saúde da Família - PSF em situação irregular (existência de multiplicidade de vínculos dos profissionais médicos do PSF).

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

- reforço na estratégia de implementação de nova versão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
- aperfeiçoamento nos mecanismos de monitoramento/controle utilizados pelo Ministério para a concessão dos Benefícios do Bolsa Família; e
- elaboração de medida provisória, convertida na Lei nº 12.058/2009 que criou o Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família (IGD), cuja execução financeira em 2009 atingiu mais de R\$ 230 milhões.

Ministério da Justiça

- readequação do contrato firmado entre o Departamento de Polícia Rodoviária Federal e a ECT, no valor anual de R\$ 12,5 milhões, para postagens e entrega de 2,7 milhões de notificações, o que permitiu de imediato o retorno da execução do contrato que, anteriormente, tinha sido rescindido unilateralmente pela ECT.

Ministério dos Transportes

- contratação pela ANTT de empresa especializada para realização de Pesquisa de Satisfação de Usuários de Serviços de Transporte Terrestre, em âmbito nacional;
- aprimoramento, na ANTT, do processo de aplicação de multas, aferição de metas, controles tarifários ferroviários e celebração de Termos de Ajustamento de Conduta; elaboração de estudos para definição da tarifa de transporte de carga ferroviária ;
- aprovação, pela ANTT, de um Plano de Gestão e Fiscalização dos Contratos de Concessão Rodoviária para o ano de 2010/2011, no qual constam os manuais e procedimentos de fiscalização para adequação dos investimentos do PTI; e
- aprimoramento dos mecanismos de controles internos administrativos do DNIT, adotando práticas mais aderentes às sugestões e recomendações da CGU, como a publicação de normativo da Diretoria Colegiada, aprovando critérios e cronograma a serem utilizados para a elaboração da Proposta Orçamentária daquele departamento.

RESULTADOS DAS AÇÕES DE CONTROLE / MINISTÉRIO

Ministério das Cidades

- suspensão da execução de contrato de prestação de serviços de organização de eventos no qual foram identificadas irregularidades no procedimento licitatório, ocorrência de sobrepreço e o fornecimento de serviços não previstos no termo de referência, acarretando, apenas na amostra analisada, prejuízo de aproximadamente R\$ 300.000,00. A suspensão do contrato teve impacto também em outros ministérios, uma vez que, por se tratar da modalidade de registro de preços, sua abrangência havia se estendido a diversos órgãos federais.

Ministério da Integração Nacional

- edição pela Secretaria de Defesa Civil de portaria regulamentando e aprimorando o processo de compras em situações de emergência e calamidade pública, assim como realização de ajustes no processo de distribuição de materiais que visam a atender populações atingidas.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

- inclusão, pelo BNDES, de exame do projeto básico de engenharia na fase de análise das operações de financiamento vinculadas ao Programa Serviços Urbanos de Água e Esgoto e a celebração de convênio com a Caixa Econômica Federal para obtenção de acesso ao Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), com o objetivo de subsidiar a avaliação de custos das propostas e de buscar um maior detalhamento em itens do Relatório de Análise.

No campo da Auditoria de Recursos Externos e Projetos de Cooperação Técnica Internacional, a CGU é responsável pela realização de auditorias de avaliação de desempenho dos contratos/acordos com organismos internacionais de financiamento e projetos de cooperação técnica internacional firmados com os órgãos e entidades da administração pública federal. Nos últimos anos, a abordagem das auditorias tem sido aprimorada para além da auditoria contábil, assumindo um enfoque de avaliação de resultados (objetivos e metas) das ações governamentais suportadas por esses recursos. Nos últimos cinco anos foram efetuados 859 acompanhamentos de projetos, com a realização de 1.838 auditorias, conforme destacado a seguir:

PROJETOS FEDERAIS DE DOAÇÃO, EMPRÉSTIMO E COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL (*)

ASSUNTO/ANO	2005	2006	2007	2008	2009
Nº de Projetos Federais Auditados	198	202	175	153	131
Nº de Auditorias Realizadas **	401	432	440	301	264

Fonte: Secretaria Federal de Controle

(*)Auditorias realizadas a cada ano, tendo como escopo a execução dos projetos no exercício anterior.

(**)Inclui auditorias sobre execuções descentralizadas de projetos.

Em 2009, as auditorias realizadas sobre a execução dos projetos relativa ao exercício de 2008 resultaram em apontamentos e recomendações especialmente focadas na implementação das seguintes melhorias na gestão dos projetos: a) aprimoramento dos controles sobre a execução física/financeira do projeto, possibilitando atingir objetivos e metas finalísticos; b) construção e apresentação dos relatórios de progresso, com enfoque nos resultados e na efetividade das atividades implementadas pelos projetos; c) readequação no planejamento das aquisições, de sorte a propiciar garantia de que os bens e serviços contratados guardam conformidade com as condições de elegibilidade e são adequados às finalidades e méritos de cada projeto; d) aprimoramento da sistemática de contratação de consultores, com reforço do acompanhamento sobre os

produtos entregues, de modo que estejam conformes às necessidades identificadas; e) reforço no controle da concessão e prestação de contas de Convênios/Cartas de Acordo, mecanismos de descentralização da intervenção pretendida com o projeto.

No âmbito dos programas de governo financiados com recursos externos, a CGU tem atuado, em articulação com a STN/MF, SEAIN/MP e os próprios organismos internacionais, para viabilizar a utilização dos sistemas nacionais (com o uso do Siafi, por exemplo, para o registro contábil e elaboração das demonstrações financeiras dos projetos) para a gestão e controle dos projetos, fato que deverá contribuir para a maior transparência, controle e efetividade das execuções realizadas por meio dos

referidos projetos. Especificamente no âmbito da Cooperação Técnica Internacional (CTI), destacam-se o apoio prestado pela CGU à Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) na elaboração e a implementação do Sistema de Informações Gerenciais de Acompanhamento de Projetos (SIGAP), que reunirá de forma parametrizada e gerencial as informações sobre a execução física e financeira dos projetos de CTI no Brasil.

As auditorias conduzidas pela CGU têm enfatizado o acompanhamento dos processos de seleção e contratação de consultores, com vistas ao atendimento ao Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho. Essa atuação abrange ainda a verificação da transparência e impensoabilidade nos processos de seleção e contratação, essenciais para a garantia da qualidade e efetividade dos serviços prestados.

A CGU avançou em 2009 na implementação de ações continuadas de treinamento e capacitação dos servidores que conduzem as auditorias sobre os projetos de cooperação técnica internacional. Foram treinadas 440 pessoas (entre servidores da própria CGU, das assessorias de controle interno nos ministérios, das auditorias internas

dos órgãos e entidades e de tribunais de contas estaduais) na modalidade de ensino a distância – EaD, entre os anos de 2007 e 2009.

A maior aproximação da CGU com os organismos internacionais tem propiciado uma gradual convergência entre os resultados dos trabalhos de auditoria e os requisitos e demandas apresentadas pelos referidos organismos. Como exemplo de resultado desse esforço de capacitação e interação, destaca-se, em 2009, a melhoria na avaliação promovida pelo PNUD dos trabalhos produzidos e apresentados pela CGU a esse organismo.

No quadro a seguir está demonstrada a evolução das auditorias nos processos de Tomadas de Contas Especiais no período de 2005 a 2009. Só em 2009, foram auditados 1.605 processos de Tomadas de Contas Especiais, dos quais 1.277 foram certificados e encaminhados ao Tribunal de Contas da União para julgamento - o que representa retorno potencial aos cofres do Tesouro da ordem de R\$ 702.738.553,22 - e 328 foram devolvidos aos órgãos/entidades instauradores para revisão ou complementação de dados.

Evolução das Auditorias nos Processos de Tomadas de Contas Especiais de 2005 a 2009

EXERCÍCIOS	TCES ANALISADAS	DILIGENCIADOS E DEVOLVIDOS AO ÓRGÃO DE ORIGEM	CERTIFICADAS AO TCU	RETORNO POTENCIAL R\$
2005	1.934	306	1.628	448.285.614,87
2006	1.496	339	1.157	656.004.567,99
2007	1.722	263	1.459	659.622.763,60
2008	1.539	477	1.062	642.272.945,71
2009	1.605	328	1.277	702.738.553,22
TOTAL	8.296	1.713	6.583	3.108.924.445,39

Fonte: Secretaria Federal de Controle

Na área de Pessoal destacam-se como principais resultados das ações de controle a revisão do Manual de Auditoria sobre Gestão de Pessoas no Serviço Público Federal e Procedimentos para Análise da Folha de Pagamento; e a criação de trilhas de auditoria. No quadro a seguir está demonstrada a evolução das análises dos atos de pessoal no período de 2005 a 2009, sendo que em 2009 foram analisados 101.534 atos de pessoal envolvendo R\$ 651.285.678,00.

Evolução das Análises dos Atos de Pessoal no Período de 2005 a 2009

EXERCÍCIOS	APOSENTADORIAS	PENSÃO	ADMISSÃO	VALORES ENVOLVIDOS (R\$)
2005	13.698	8.594	26.818	171.384.222,00
2006	13.018	9.329	35.938	238.979.460,00
2007	15.902	9.843	49.604	354.404.017,00
2008	14.510	9.975	72.515	514.175.645,00
2009	18.862	10.442	72.230	651.285.678,00
TOTAL	75.990	48.183	257.105	1.930.229.022,00

Fonte: Secretaria Federal de Controle

No eixo da Dinamização das Auditorias Internas das Entidades da Administração Indireta (incluindo as Estatais), durante o exercício de 2009 foram realizadas mais de 400 ações de controle que tratam da avaliação do desempenho das auditorias internas, de sua sistemática de planejamento e do acompanhamento dos seus trabalhos.

Foram realizadas ainda ações específicas junto às unidades de auditoria interna, com o objetivo de fomentar suas atividades e disseminar informações. Como resultado dessas interações com as unidades de auditoria interna sempre é recomendada a inserção, nos planos de auditoria das unidades, de temas relevantes sobre os quais a

auditoria interna deva manifestar-se e sugestões de padronização de Relatórios de Auditoria.

Com o objetivo de fortalecer o papel preventivo do controle interno e valorizar as iniciativas de interação da CGU com os órgãos gestores, foram realizados mais de 100 eventos, na linha de Orientação e Capacitação dos Gestores Federais envolvendo aproximadamente 7.200 servidores públicos federais, distribuídos nas áreas de licitações e contratos, convênios, aprimoramento dos controles internos administrativos e dos programas de governo.

No Relacionamento com Órgãos Estrangeiros, no exercício de 2009, além de receber delegações estrangeiras interessadas em conhecer a experiência do controle interno brasileiro, a CGU participou encontros com órgãos estrangeiros, visando à troca de experiências e de informações.

Direitos Individuais, Coletivos e Difusos

A respeito dos resultados advindos da subfunção - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, cabe destacar que o trabalho desenvolvido pela CGU na agregação e análise das manifestações recebidas serve de base para dois procedimentos importantes: informar o corpo gerencial dos entes governamentais sobre a incidência de problemas e indicar mudanças estruturais.

Além de buscar soluções extrajudiciais de conflito, a Ouvidoria atua como mediadora eficaz, acelera a solução dos litígios, desonera a administração e incorpora a lógica da pacificação social na Administração Pública. Sua ferramenta principal é o diálogo, fazendo uso da persuasão racional para resolver os problemas.

Apoia a definição das políticas públicas, quando manifesta a vontade popular na execução da ação governamental, já que sua matéria-prima envolve questões referentes a cidadania e o fortalecimento de seus conceitos. É certo que as ouvidorias têm proporcionado contato direto do cidadão com a estrutura administrativa.

A expansão da Ouvidoria Pública está estreitamente relacionada com a nova realidade política que se instaurou a partir da redemocratização do país.

Esta permitiu a inclusão no ordenamento jurídico-institucional nacional de experiências societárias de participação cidadã existentes em várias partes do mundo.

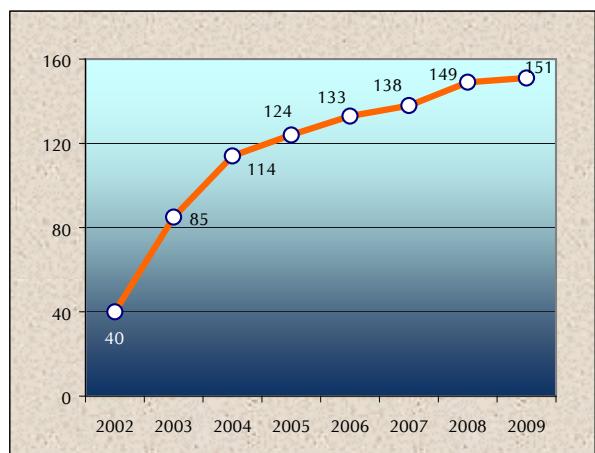
Dessa maneira o crescimento expressivo do quantitativo de Ouvidorias no país está associado à necessidade, cada vez mais sentida pela população, de instrumentos que assegurem maior transparência no funcionamento do Estado, inibam a corrupção e o desperdício, e aumentem, na mesma proporção, a moralidade e a eficiência da administração pública, defendendo o cidadão junto à Administração.

A CGU tem concentrado seus esforços, nos últimos sete anos, no incentivo à participação de todos os Ouvidores

Públicos para o fortalecimento da cidadania, procurando cumprir a finalidade de sua ação na subfunção Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, qual seja, de organizar, harmonizar e integrar as ações das unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal.

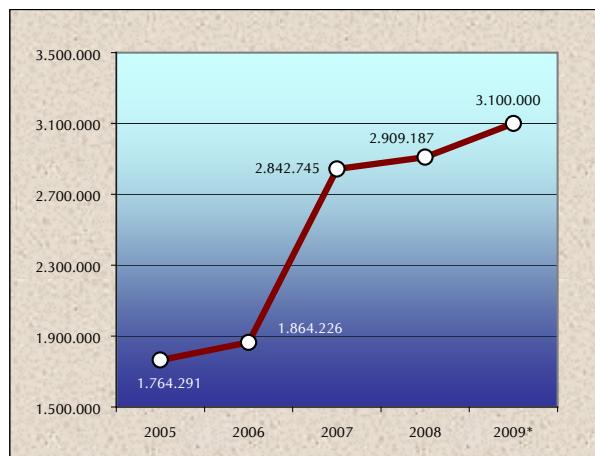
Com o objetivo de divulgar as ações da Ouvidoria-Geral da União e facilitar a interação com as demais unidades de Ouvidoria do Poder Executivo Federal, bem como o cidadão e a mídia, desde 2005 é publicado o boletim informativo Escuta Brasil, que no ano de 2009 circulou em cinco edições. Com esse propósito, a CGU, em 2009 realizou diversos eventos organizados visando à mobilização do segmento de Ouvidorias e a sensibilização da sociedade para o tema, além de, sob sua supervisão técnica, terem sido criadas, duas novas unidades de ouvidoria, chegando a um total de 151 unidades em operação, no Poder Executivo Federal, responsáveis pelo atendimento e solução do expressivo quantitativo de mais de 3 milhões de manifestações de cidadãos durante o exercício.

UNIDADES DE OUVIDORIA EM OPERAÇÃO NO PODER EXECUTIVO FEDERAL



Fonte: Ouvidoria-Geral da União/CGU-PR

QUANTIDADE DE MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS PELAS OUVIDORIAS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL



Fonte: Ouvidoria-Geral da União/CGU-PR

* em 2009 o quantitativo é projetado